

Trabalho, Arte e Disrupção.



Professor Dr. ISAAC A. CAMARGO

Expediente:

Revista: Reflexões sobre Arte Visual

Publicação Atual e Anteriores:

<http://www.artevisualensino.com.br/index.php/revista-reflexoes-sobre-arte-visual>

Editor/Autor: Professor Doutor *Isaac A. Camargo*

Dados sobre o autor – Plataforma Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790878E4>

Projeto de Ensino: Resolução N.476 – CAS/FAALC/UFMS, 09/08/21

Edição:

Reflexões Vol.4, No.9, maio. 2023 – *Trabalho, Arte e Disrupção.*

Periodicidade: quinzenal

Campo Grande - MS

Capa: I-Lien – Isaac, 2023. Caveira produzida a partir de estojo de fones de ouvido.

APRESENTAÇÃO

*A revista **Reflexões sobre Arte Visual** tem por finalidade discorrer à respeito de obras de Arte, períodos, artistas, situações e acontecimentos no intuito de difundir conteúdos neste campo do conhecimento a partir de meus projetos e proposições de ensino e produção artística.*

Os temas escolhidos para os artigos dizem respeito a Arte Visual como um fenômeno cultural e suas relações com o contexto social.

Os conteúdos aqui publicados tem a finalidade de difundir conhecimentos no campo da Arte Visual sob o ponto de vista do autor.

É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos desde que citada a fonte.

O acesso é público e gratuito.

Esta publicação é informativa e não tem qualquer finalidade comercial.

Qualquer pessoa ou instituição que se sentir prejudicada em relação aos conteúdos, informações e imagens aqui apresentadas, devem entrar em contato: isaac_camargo@hotmail.com

O Dia do Trabalho, antes, Dia do Trabalhador, surgiu das lutas por melhores condições para o exercício de atividades voltadas ao desenvolvimento empresarial que investiu na industrialização em detrimento dos artesãos, artificies e demais atividades vinculadas às habilidades e capacidades humanas. A exploração da mão de obra em condições insalubres, em jornadas extenuantes e pagamentos ínfimos motivaram as lutas trabalhistas.

Os conflitos e confrontos com industriais gerou movimentos, protestos e manifestações reprimidas com violência que mobilizando a opinião pública em favor da criação da legislação trabalhista que passou a ser adotada por vários países. Esta foi a primeira disrupção, ou seja, a quebra na linha de “normalidade” criando o embate entre o capitalismo e a exploração do trabalhador que levou à conscientização sobre as condições de trabalho.

Não há dúvida nenhuma de que a produção artística, qualquer que seja ela, requer e exige Trabalho. Contudo, há uma espécie de “compreensão” de que o Trabalho Artístico é diferente dos outros Trabalhos realizados na sociedade. Pode-se descrever um conceito genérico de trabalho que cubra a maior parte deles e justifique sua existência, no entanto, o conceito de trabalho é móvel, assim como a própria sociedade:

Este “conceito genérico” de Trabalho pode ser compreendido como o conjunto de atividades realizadas pelo ser humano, para garantir sua subsistência. Neste sentido há dois pontos principais: um diz respeito às atividades que o ser humano realiza, outro que é em busca de sua manutenção. Este seria a primeira “versão” do trabalho humano, desde as mais remotas eras: atuar para prover sua existência.

Se para os primeiros seres humanos o trabalho consistia em obter da natureza os meios para sua sobrevivência como, por exemplo, alimento e abrigo, estas condições foram sendo alteradas com as transformações sociais que ocorreram ao longo da história. Na medida em que as condições se alteravam, novas concepções de trabalho surgiram e, nem sempre, em consonância as condições originais.

Do trabalho “natural” definido pela busca ou promoção da sobrevivência dos indivíduos e de seu grupo, há uma transformação para o trabalho “profissional” definido, segundo as teorias Marxistas, pela mais-valia, quando o trabalhador, assediado pelo Capital, se torna refém do processo produtivo centrado, geralmente, na Indústria de produção massiva de bens de consumo.

Neste caso a discussão contemporânea sobre Trabalho, envolve uma série de pressupostos e condicionantes complexas que requerem conhecimentos especializados em áreas diferenciadas como história, sociologia, filosofia, política e economia, entre outras, portanto, não é aqui, numa revista de Arte Visual que estas questões serão exploradas ou debatidas em profundidade.

Esta Reflexão quer apenas estabelecer relações entre a Arte Visual e os modos como o Trabalho pode ser visto ou entendido neste contexto. Olhando para trás, para as primeiras manifestações visuais da humanidade, aceita-se que há uma relação direta entre as imagens criadas nas paredes das cavernas com a necessidade de sobrevivência e em algumas delas, a caça aparece como atividade ou trabalho humano.



Estas duas imagens, encontradas na caverna de Niaux, na França revelam, por meio das marcas representadas como lanças ou setas nas figuras dos bisões, a existência de uma das atividades mais primárias da humanidade: a caça. O ser humano na pré-história era caçador e coletor, duas atividades necessárias à sobrevivência.



Na caverna de Altamira, na Espanha, há representações de bisões abatidos, basta observar que algumas imagens os representam em pé “vivos” e outros deitados e contraídos, supostamente “mortos”.



Esta imagem mostra uma caçada. É a ilustração da capa do livro do Professor Willian Boyd Dawkins, que trata das evidências da presença, nas cavernas europeias, dos primeiros caçadores.



Esta imagem, da caverna de Lascaux, na França, pode ser considerada como o relato de uma “disrupção”, um “acidente de trabalho”. Mostra uma pessoa caída e estirada ao lado de sua lança quebrada depois de atingir um bisão, também caído, no qual se vê o traçado da perfuração pela lança e suas vísceras expostas. Lamentavelmente este foi o dia da caça e também do caçador...

Além da caça, outras atividades relativas à alimentação eram promovidas como a coleta e a pesca. Além delas, a busca por abrigo, proteção corporal na apropriação de peles de animais seriam realizadas cotidianamente. Não há dúvida de que eram trabalhos, no entanto, trabalhos praticamente extrativistas cuja compensação era obter alimentação e proteção.

Tais atividades eram coletivas. Várias funções comunitárias podiam ser realizadas no dia a dia. Supõe-se que a divisão de trabalho só surgiu mais tarde, quando os grupamentos humanos perceberam a necessidade de desenvolver atividades distintas para aumentar a eficiência do grupo atribuindo tarefas diferenciadas: um grupo de caça, outro de coleta, outro de vigilância, outro de defesa entre outras possíveis.

A Agricultura e a Pecuária podem ter sido as primeiras distinções mais especializadas dentre as atividades dentro de um grupamento social. As tarefas exercidas por alguns, podiam não ser exercidas por outros, já que exigiam domínios cognitivos diferentes. Na medida em que as antigas civilizações foram se estruturando houve a necessidade de organizar o trabalho atribuindo diferentes funções a pessoas diferentes.

Pastores se especializaram na pecuária, Agricultores se especializaram no plantio e varias outras atividades vão se distinguindo no meio social e se aprimorando a ponto de surgirem também outras funções e atividades artesanais como armeiros ferramenteiros, tecelões e outras habilidades necessárias para consolidar e preservar as comunidades e promover o desenvolvimento da civilização.

E onde fica a Arte Visual neste processo de expansão das atividades e consolidação civilizatória? Se o entendimento de que nos primeiros momentos da humanidade as manifestações artísticas eram ritos propiciatórios destinados a obter ganhos futuros, ou seja, antecipar o sucesso na caça intervindo no sobrenatural. Era algo não palpável, mas alimentava a crença de que intervinha no real.

É possível entender que as manifestações artísticas, neste caso, cumpriam funções imateriais, portanto, realiza-las, naquele momento, era essencial para a estabilidade psicológica do grupo, por serem simbólicas, não produziam benefícios materiais diretos, mas subjetivos. Isto não quer dizer que as pessoas que realizavam tais imagens não participassem das demais atividades, os ritos eram atos coletivos.

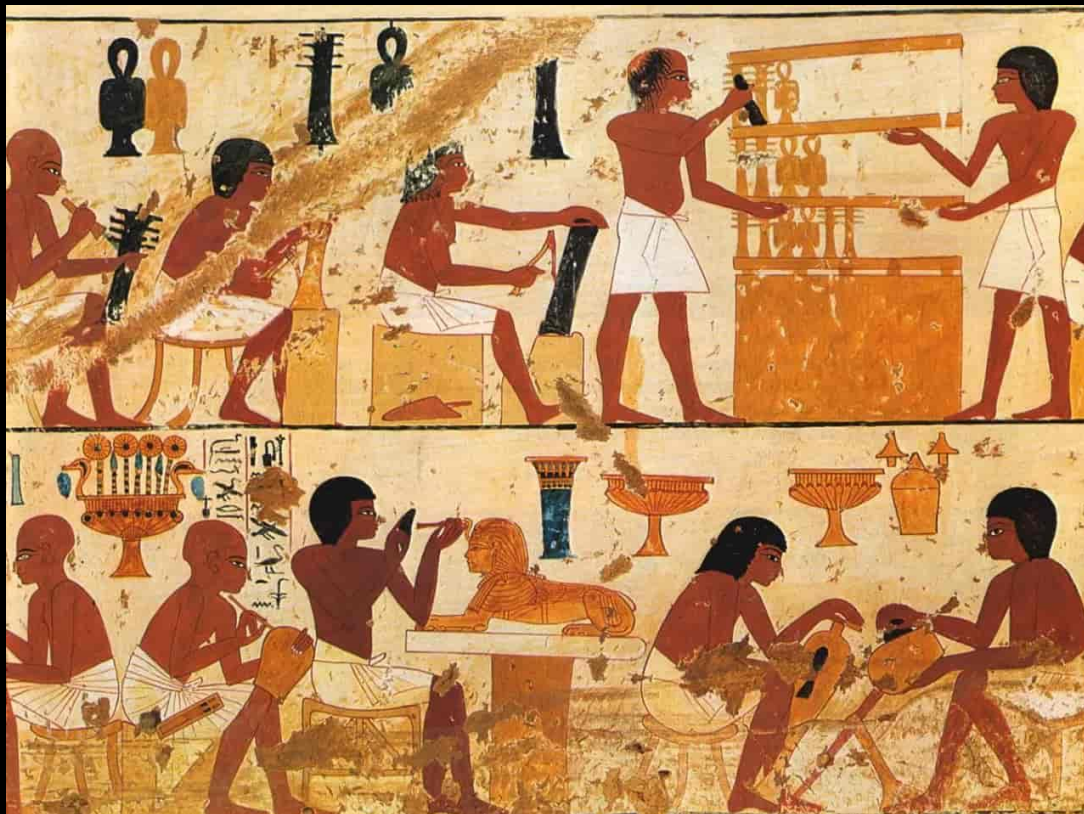
Talvez aqui esteja o primeiro aspecto de distinção entre o trabalho artístico dos demais trabalhos. O aspecto imaterial e simbólico impregnado às imagens não se convertia diretamente em qualquer benefício palpável e capaz de suprir as necessidades básicas, embora fosse aceito como uma ajuda e até como necessidade simbólica e psicossocial. No entanto não gerava benefícios diretos.

Neste sentido, as atividades mais objetivas e pragmáticas como, por exemplo, caça e combate, eram mais valorizadas por serem necessárias à sobrevivência do grupo do que a criação de imagens. Mesmo que para produzi-las fosse necessário o domínio de altas habilidades psicomotoras e de esforço físico, ainda assim, eram aceitas pela esperança que sugeriam do que pelo suposto ganho material que propiciariam.

A imagem do caçador morto, mostrada anteriormente, apresenta uma nova possibilidade na criação de imagens, ao se afastar da simples descrição ou constatação introduz a narrativa.

Aquela imagem, enquanto significativa, não contém apenas a descrição de um fato, mas leva a apreciação a um outro nível, o do significado que requer a análise de um percurso lógico/cognitivo.

É necessário que o espectador tenha conhecimento sobre o que é caça, qual o poder dos animais caçados, quais estratégias para acuar e abater tais animais e, principalmente, os riscos que envolvem esta atividade. Ao ver a cena, o espectador deduz o que aconteceu por reconhecer o desfecho de um processo descritivo que se transforma, cognitivamente, em Narrativo.



Seguindo a linha da narrativa, este mural no palácio de Luxor, do antigo Egito, relata atividades de vários artesãos em suas especialidades. Se esta imagem existe é porquê um artesão a elaborou. Eles se caracterizavam com um grupo especial de trabalhadores, distintos por suas habilidades psicomotoras.

Esta atitude “narrativa”, se torna um recurso dialógico para as civilizações da antiguidade que passam a usar os “poderes” das imagens como meios para comunicar fatos, eventos, conquistas e mesmo para admoestar, intimidar e amedrontar. É comum encontrar obras que mostram os feitos dos conquistadores, guerreiros e líderes subjugando seus desafetos, promovendo as conquistas de seus exércitos e a opressão dos inimigos.

Boa parte da produção artística das antigas civilizações investiram no poder da comunicação das imagens como recursos tanto para manter quanto para divinizar o poder. Aqui entra a valorização dos artificios capazes de transformarem ideias em imagens, de promoverem a comunicação de valores dominantes para o grupo ou nação e, principalmente, para grupos e nações concorrentes.

O poderio bélico e místico era comunicado pelas imagens em palácios, templos e túmulos. Isto valoriza aqueles que eram capazes de projetar, construir e ilustrar tais ambientes: os Artistas. Pode-se dizer que a partir daí a arte dos artifices passa a ser valorizada como “profissão” distinguindo tais pessoas daquelas que não detêm tais habilidades. Assim a Arte começa a participar do poder.

Não se pode dizer ainda que este modo de produzir arte seja o mesmo de hoje em dia. Não havia nenhuma preocupação em valorizar o indivíduo que praticava este fazer, na maioria das vezes eram artesãos anônimos, embora valorizados por suas habilidades e pelo seu trabalho, mas não eram incorporados à nobreza, mesmo que alguns fossem respeitados como profissionais altamente competentes.

Durante milênios o trabalho artístico se caracterizou, pelo seu aspecto pragmático e prático, na maioria das vezes como braçal. O mais duro deles se dedicava a transformar pedras em edificações e também em impor imagens a elas. A cantaria, processo de lavrar pedras e a escultura, processo de entalhar pedras e outros materiais como madeira e ossos exigiam grande esforço físico.

Os mais leves deles eram desenhos e pinturas. De um modo ou de outro, o domínio cognitivo e psicomotor eram exigidos de um ou de outro. Leves ou pesados a dedicação a uma atividade especializada caracterizava um trabalho de alta performance e, por isto, se distinguia dos demais, contudo, não deixavam de ser, como já dito, uma especialidade artesanal com baixa distinção social.

Em busca da estabilidade profissional, no período da Idade Média surgiram as Corporações de Ofícios, grupos organizados para proteger e determinar regras de conduta e qualidade de profissionais de várias áreas de atuação. Assim surgem as Guildas que vão reunir profissionais de áreas específicas como construtores, ferreiros, médicos e entre elas a dos Artistas: artesãos especializados na criação de imagens.

Pertencer a uma Guilda era ser credenciado para uma profissão e ao mesmo tempo ter proteção do grupo para o exercício dela em relação a “atravessadores”. Nas regiões de domínio de uma Guilda, nenhum profissional poderia prestar serviços se não fosse filiado a ela. O “corporativismo” surge também aí. Até hoje as profissões criam regras e normas para seu exercício, vide os “Conselhos” profissionais.

A grande mudança do estado da Artesania para a Arte pode ser chamada de irrupção quando, no período Moderno, no Renascimento, alguns patronos, habituados a contratar serviços de artistas e descontentes pela imposição das Guildas, decidem criar Academias de Arte para formação de artistas. Tais Academias acabaram atuando como “Guildas” particulares travestidas de Escolas de Arte nas quais os Mestres recorriam à mão de obra de discípulos.

A primeira delas foi a Academia Desenho de Florença, criada em 1563, idealizada pelo pintor, arquiteto e biógrafo italiano Giorgio Vasari e financiada pelo Duque Cosimo I de Medici. Surgem depois a Accademia di San Luca, de Roma, 1577; em Bolonha a Academia dos Progressistas em 1580, pela família Carracci, e a Academia de Milão, fundada pelo cardeal Federico Borromeo, em 1620.

É perceptível a “mão do poder” sobre a criação das Academias que surgiram nas diferentes regiões da Itália. Este projeto se expandiu para outros países europeus e atingiu seu auge com as Academias Francesas de Belas Artes. Modelo que passou a ditar normas para várias outras que surgiram a partir dali no resto do mundo, inclusive na Ásia, Américas e até no Brasil com a Academia Imperial de Belas Artes, em 1816.

A grande conquista das Academias de Arte, foi a distinção entre artesãos e artistas. A formação Acadêmica previa uma abordagem técnica e humanista, incluindo estudos no campo da geometria e da história e filosofia. Com isto os artistas deixam de ser considerados artesãos habilidosos e se tornam profissionais habilitados e especializados em cada uma das áreas de manifestação em Arte Visual.

Os artistas passam a ser respeitados socialmente como um profissional gabaritado para o exercício de um *métier* específico. Muitos artistas eram comissionados por monarcas, mecenas e protetores para exercer a profissão a seu serviço. A ideia de Comissionamento sempre foi vinculada a um processo de execução de trabalhos sob mando ou determinação de alguém. Na maioria das vezes eles eram apenas executores e não idealizadores.

Com a formação Acadêmica os artistas passaram a interferir também na concepção das encomendas comissionadas, podendo, em certos casos, definir até mesmo o modo de dar sentido aos assuntos e temas solicitados a eles. Isto começa a caracterizar uma certa autonomia criativa e produtiva algo que, anteriormente, não era bem visto nem aceito pelos patronos que bancavam a maioria das obras.

Pode-se dizer então que a partir do Renascimento a profissão do artista foi formalizada e consequentemente o trabalho em Arte Visual passa a ser respeitado como área específica de prestação de serviços. O comissionamento ainda era um processo comum, mas muitos artistas conseguem individualizar sua atuação e negociar diretamente suas obras, reduzindo o poder das Guildas sobre eles.

As oficinas ou ateliês de artistas se tornam verdadeiras empresas. Um exemplo deste tipo de empreendimento é o da família Bernini, da qual Gian Lorenzo Bernini é um dos maiores representantes. Seu pai Pietro Bernini, escultor, o iniciou na profissão e ele, desde jovem, conseguiu suas primeiras encomendas se tornando uma referência para a escultura em Roma, na Itália e em outros países da Europa.

Além de exímio escultor, Bernini foi um grande empreendedor e gestor. Sua oficina contava com a colaboração de mais de 12 escultores renomados, mais de 100 auxiliares e aprendizes. Produziu milhares de obras, as mais significativas em Roma e boa parte delas presentes no Vaticano. Para ter uma pequena ideia do volume de sua produção, basta lembrar que a Colunata da Praça de São Pedro, no Vaticano, foi obra dele.



A colunata que envolve a praça é composta por conjuntos de quatro colunas, cada conjunto é encimado por uma escultura e somam 140 ao todo. Com isto é possível entender a dimensão do trabalho de Bernini.

Portanto a transformação do trabalho artístico de simples artesanato para uma profissão altamente especializada e valorizada foi um ganho substancial para a Arte Visual. Mesmo que os artistas ainda dependessem, em grande parte, de encomendas e comissionamentos, também podiam gerir seus empreendimentos e oficinas. Este foi um ganho razoável em relação às condições anteriores.

Este perfil profissional se manteve relativamente estável até o século XIX. Até então a força das Academias de Arte ditavam as normas, diretrizes e a qualificação dos artistas em atendimento ao gosto dominante de seus mantenedores. Salões realizados anualmente, como o do Louvre, na França enaltecia os artistas da Academia oficial de Belas Artes e impedia a participação de outros artistas e aqui se desenha uma nova disrupção.

Muitos deles emergentes das academias artísticas não oficiais, portanto, sem o privilégio de participar de um salão oficial que definia a carreira de alguns poucos escolhidos. Embora pudessem se inscrever para as Mostras do Salão do Louvre em Paris, eram sistematicamente recusados. Tal fato criou revoltas levando o Imperador Napoleão III a criar uma mostra paralela para artistas externos à Academia.

Esta mostra ficou conhecida como Salão dos Recusados, por ser composta pelos artistas que eram recusados a participar do Salão do Louvre. Apesar disto, o estímulo de mostras paralelas passou a ser uma conduta coletiva e várias associações de artistas começaram a promover eventos similares dando margem ao surgimento, em 1874, da exposição da *Sociedade Anonima de Pintores, Escultores e Gravadores*.

Historicamente foi esta mostra, conhecida como exposição dos “Impressionistas”, termo utilizado pelo crítico Louis Leroy, referindo-se a um quadro de Monet: *“Impressões do Sol Nascente”*, que se tornou o marco da disrupção entre a Arte tradicional Clássica e Acadêmica confrontada pelo Modernismo que passou a apresentar novas tendências estéticas e conceituais.

Esta ruptura já vinha sendo gestada desde o Romantismo e do Realismo, no entanto eram mudanças conceituais e temáticas, mas o Impressionismo instaura uma mudança formal e estrutural importante. A criação artística passa a ser orientada pela pesquisa em Arte problematizando a luminosidade que é abordada por meio de suas variações cromáticas e não mais pela imitação e ordenação gráfico/visual.

O Modernismo estabelece a libertação da Arte Acadêmica mas, ao mesmo tempo, instaura um período de instabilidade para os artistas que, por não cumprirem mais as designações da moda ou do gosto burguês, não recebem mais encomendas e comissionamentos. Neste momento os artistas entram em crise. Embora tenham liberdade, autonomia criativa e expressiva, não tem encomendas.

Esta crise dura praticamente do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX. A mudança do foco econômico e cultural da Europa para a América do Norte, centraliza o poder econômico e inicia o processo de valorização da Arte Moderna ampliando os horizontes de produção artística. As Vanguardas Históricas que surgiram na Europa encontram ressonância nas Américas e se expande.

Nesta linha de raciocínio pode-se perceber que a apropriação da Arte Moderna pelas Américas é uma busca tanto pela identidade quanto pela autonomia e distanciamento do “velho mundo”, embora regadas pela estética emergente e condicionada culturalmente pelas matrizes colonialistas. Mas valeu a tentativa. Ao mesmo tempo a expansão capitalista do “novo mundo” passou a dominar o mercado de Arte.

O mercado primário, aquele que adquire a obra do autor, é menos valorizado com a ascensão do mercado secundário praticado pelas galerias e depois pelas casas leiloeiras, criando estratégias de especulação tornando as Obras de Arte em ativos financeiros e não como produtos culturais. Neste sentido o artista como trabalhador da Arte é reprimido ou condicionado ao mercado, nova disrupção...

Pode-se concluir que a Arte como Trabalho, no sentido original, entendido como um meio de promover a subsistência, não possibilita sua plena consolidação como profissão, como foi em alguns momentos da História. A pressão da Indústria Cultural, dos espetáculos, da baixa formação educacional restringe a manutenção dos artistas o que vem caracterizando uma nova crise cultural e conceitual.

Semelhante à passagem do século XIX para o século XX, a transição do século XX para o século XXI revela uma nova crise envolvendo a Arte Visual, sua vítima preferencial. Neste momento além de uma crise de identidade há também uma crise de sobrevivência já que as tecnologias estão contribuindo para piorar a vida dos trabalhadores. A crise do trabalho é disruptiva, não com respeito à competição entre pessoas, mas contra as tecnologias.

Enfim, falar de Trabalho e Arte Visual é sempre um desafio. A ideia de profissão nesta área nem sempre é tida como algo passível de regulamentação. As atividades vinculadas à Arte Visual, não são regulamentadas pela legislação trabalhista, portanto, artistas são trabalhadores autônomos ou prestadores de serviços ou ainda empregados por empresas que recorrem a habilidades artísticas em suas atividades.

O CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, admite o exercício das atividades de Artistas Plásticos, Escultores, pintores, criadores de desenho animado, gravadores, etc. Considerando a possibilidade de registro e recolhimento de impostos, mas não como regulamentação profissional. Como se vê, esta atividade cultural não encontra, praticamente, nenhum respaldo social.